

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



## A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: entre avanços e retrocessos

Maria Clara Ezequiel Marinho<sup>1</sup>

Anna Raquel Andrade Gonzaga<sup>2</sup>

Patrícia da Silva Andrade<sup>3</sup>

Ana Maria Cordeiro Silva Pinto<sup>4</sup>

### RESUMO

O presente artigo visa apontar reflexões acerca da política de Assistência Social no Brasil, abordando sua função social e seu processo histórico constitutivo no marco das contradições inerentes ao capitalismo. Este trabalho mencionará os avanços alcançados por meio do reconhecimento legal da Assistência Social enquanto política pública compondo o tripé da Seguridade Social junto às Políticas de Saúde e Previdência. Versará, ainda, a respeito dos limites e desafios para esta política no cenário de desregulamentação de direitos no contexto de ofensiva neoliberal e crise estrutural do capital, considerando, ainda, agravos ocasionados pela pandemia da Covid-19. A pesquisa, metodologicamente, recorreu a revisão bibliográfica e documental, sendo conduzida a partir da perspectiva do método crítico dialético e apontou que o atual cenário tem contribuído para o acirramento dos ataques às Políticas Sociais e, de modo particular, à Assistência Social, impactando de forma frontal as condições de vida da sua população usuária.

**Palavras-chave:** Seguridade Social. Política de Assistência Social. Neoliberalismo.

### ABSTRACT

This article aims to point out reflections about the Social Assistance policy in Brazil, approaching its social function and its constitutive historical process within the framework of the contradictions inherent to capitalism. This work will mention the advances achieved through the legal recognition of Social Assistance as a public policy composing the Social Security tripod together with Health and Welfare Policies. It will also deal with the limits and challenges for this policy in the scenario of deregulation of rights in the context of the neoliberal offensive and

<sup>1</sup> Assistente Social da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social do município de Queimadas-PB; Mestre em Serviço Social pelo PPGSS/UEPB; claraezequiel@hotmail.com.

<sup>2</sup> Graduada em Serviço Social pela UEPB; Mestranda em Serviço Social pelo PPGSS/UEPB; annaraquel.jrf@gmail.com.

<sup>3</sup> Graduada em Serviço Social pela UEPB; Mestre em Serviço Social pelo PPGSS/UEPB; patriciaandrade.1983@gmail.com.

<sup>4</sup> Graduanda em Serviço Social pela UEPB; ana.pinto@aluno.uepb.edu.br.

#### PROMOÇÃO



#### APOIO

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



the structural crisis of capital, also considering the injuries caused by the Covid-19 pandemic. The research, methodologically, resorted to a bibliographical and documental review, being conducted from the perspective of the critical dialectical method and pointed out that the current scenario has contributed to the intensification of attacks on Social Policies and, in particular, on Social Assistance, impacting frontally the living conditions of its user population.

**Keywords:** Social Security. Social Assistance Policy. Neoliberalism.

## 1 INTRODUÇÃO

As políticas sociais podem ser abordadas de diversas formas, estando sua concepção sempre relacionada à determinada perspectiva política e visão de mundo. No intuito de compreendê-las em sua complexidade, a perspectiva do método crítico dialético as insere no contexto contraditório que perpassa a relação entre o Estado e a Sociedade Civil nos marcos do capitalismo.

Tal abordagem, rejeitando análises unilaterais e dicotômicas, denota o caráter contraditório das políticas sociais, a partir de sua multicausalidade e multifuncionalidade, sendo resultado da luta da classe trabalhadora e da iniciativa do Estado no capitalismo monopolista, servindo ao trabalho e ao capital.

Nesse sentido, há que superar algumas dicotomias recorrentes nas abordagens da política social, a exemplo de economia/política; objetividade/subjetividade; produção/reprodução; Estado/sociedade civil. A questão da política social é sempre um resultado que envolve mediações complexas – socioeconômicas, políticas, culturais e atores/forças sociais/classes sociais que se movimentam e disputam hegemonia nas esferas estatal, pública e privada. (BEHRING, 2000, p. 31)

A partir da perspectiva crítica e dialética é possível compreender a política de Assistência Social em sua complexidade. De 1988 até o momento atual, um longo caminho foi percorrido, envolvendo discussões, divergências e mobilizações de diferentes entidades e segmentos. Só é possível reconhecer esse movimento com suas contradições a partir de uma análise da processualidade histórica dessa política. Tal processualidade, apresenta rebatimentos diretos e indiretos no conjunto da classe trabalhadora.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

Diante dessas análises, fundamentado na teoria social crítica, o presente artigo visa analisar os avanços alcançados pela política de Assistência Social a partir dos aparatos normativos que a configuram enquanto política social pública; buscando ainda, refletir acerca dos desafios enfrentados no contexto neoliberal iniciado no Brasil a partir da década de 1990. Assim, os resultados apontaram para os limites de implementação desta política frente ao processo de contrarreforma, cortes orçamentários e retirada de direitos, explicitando a intervenção neoliberal no campo das políticas sociais.

Para fins didáticos, a estrutura do trabalho está delineada de forma a abordar, inicialmente, observações introdutórias e estrutura do artigo. Em seguida, são apresentadas ponderações a respeito dos caminhos traçados pela política de Assistência Social e seus desafios frente ao neoliberalismo em sua fase mais aguda e desmonte do sistema de proteção social, contexto este fortalecido pela pandemia da Covid-19. Por fim, apresentamos nossas considerações finais, seguidas das referências que subsidiaram a fundamentação para a construção do trabalho.

Evidencia-se a pertinência desta investigação por envolver uma temática que incorpora um conjunto de reflexões que analisam, através de uma perspectiva crítica, os impactos do processo contrarreformista para a classe trabalhadora de modo geral e, particularmente, para o público usuário da política de Assistência Social. Assume relevância, ainda, pela possibilidade de problematizar um debate sobre a atual ofensiva contra os direitos sociais e as mediações que particularizam tal cenário.

Portanto, diante da impossibilidade de mencionar todos os elementos que perpassam o objeto deste trabalho, compreende-se que é importante e necessário realizar um movimento de aproximação diante desta realidade, dando subsídios que materializam a compreensão de que, além dos avanços do ponto de vista legal, a política de Assistência Social compõe um dos mecanismos do Estado de enfrentamento da Questão Social, expressando a contradição entre capital e trabalho.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

## 2 AVANÇOS E DESAFIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

O Brasil se configura enquanto um país da periferia capitalista, cujo capitalismo moderno convive com uma extrema concentração de renda e profundas desigualdades sociais. O contraste entre o crescimento vertiginoso das riquezas e a persistência/ampliação do pauperismo, tanto em nível nacional quanto planetário, é assustador. A desigualdade e o pauperismo, resultantes do processo de acumulação do capital, são objetos de intervenção do Estado.

Desse modo, a assistência social se constitui enquanto um dos instrumentos do Estado frente às múltiplas expressões da Questão Social<sup>5</sup>. A assistência social e o seu modelo pré-constituição Federal de 1988, incluía excluindo, uma vez que era sustentada no populismo e na benemerência. A caridade acabava por excluir o indivíduo da sua condição de cidadão, sujeito de direitos, partícipes e co-gestores das políticas sociais, transformando-os em incapazes.

A Constituição Federal de 1988 (CF 88) apresentou grandes avanços aos direitos sociais. No que se refere à Assistência Social, essa é alçada ao status formal/legal de política social pública de proteção social, inserida no tripé da Seguridade Social, ao lado das políticas de Saúde e Previdência. É a partir desse momento que a Assistência é elevada, pela primeira vez, à qualidade de direito obrigatório, garantido constitucionalmente.

Não obstante a promulgação da CF 88, os governos posteriores empreendem uma série de investidas baseadas no ideário neoliberal, que em um contexto de crise estrutural do capital resistem aos avanços anteriormente salientados e implicam em grandes desafios para implementação das políticas sociais, e dentre estas, da assistência social.

<sup>5</sup> Para Iamamoto e Carvalho (2013 p. 77) “A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão”.

PROMOÇÃO



APOIO



Em 1993, o ex-presidente Itamar Franco é impelido a aprovar o Projeto de Lei que iria resultar na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei 8.742/1993). Segundo a LOAS:

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (BRASIL, 1993)

A LOAS define os objetivos, os princípios e as diretrizes da política de assistência social, estabelece um padrão de operacionalização e institui os Conselhos, os Planos e Fundos da política. Os conselhos, conferências, fóruns, planos e fundos são mecanismos importantes, que visam garantir o princípio da participação popular através do controle social.

No contexto dos anos 1990 a política da assistência social privilegiou, em completa desconsideração aos princípios constitucionais e aos dispositivos da LOAS: a focalização da assistência na pobreza absoluta, restringindo a demanda, cortando nas despesas sociais e rebaixando a qualidade do atendimento; a ampliação do prazo de realização das conferências de assistência social; a restrição do acesso ao BPC por idosos e pessoas com deficiência.

Numa nova fase do neoliberalismo no Brasil, já na primeira década dos anos 2000, uma vertente denominada de “social-liberalismo”<sup>6</sup> (SILVA; ALMEIDA; ANDRADE, 2017), que apresenta rupturas com a agenda neoliberal ortodoxa e mantém os traços estruturais do neoliberalismo.

Essa trajetória de resistência à consolidação do caráter político e público da assistência muda, abruptamente, a partir do governo Lula que, embora tenha mantido e aprofundado os processos de contra reforma da saúde e da previdência social, outorga à assistência social o *status* de “carro-chefe” da proteção social brasileira, centralizando-a e expandindo-a no contexto da seguridade social. (SILVA, 2015, p. 54)

<sup>6</sup> Segundo Silva (2013): “O Social-liberalismo é, pois, uma proposta de contrarreforma do Estado que [...] visa fazer frente aos efeitos mais gritantes da liberalização dos mercados, exatamente para manter a trajetória concentradora do capital e suas consequentes desigualdades.

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

Nos governos petistas, conforme aponta Silva (2015), observamos uma expansão da política de Assistência Social, em detrimento das políticas de Previdência Social e Saúde. Neste contexto houveram grandes investimentos na regulamentação e institucionalização da Assistência Social no Brasil. Como marcos podemos elencar a elaboração, no ano de 2004, da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e da Norma Operacional Básica (NOB-SUAS), que juntos estruturam e regulamentam o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sancionado em 2005. Tais mecanismos se tornam importantes instrumentos para a implementação da política, apresentando grandes avanços do ponto de vista normativo e inovações em nível de gestão, financiamento e outros.

A PNAS vai materializar as diretrizes da LOAS, padronizando, ampliando e implementando através de seus textos os serviços de assistência social, organizados em todo o território brasileiro. A rede socioassistencial, organizada a partir da criação da PNAS, passa a integrar níveis de complexidade e considera as particularidades e vulnerabilidades de cada município.

As ações de proteção social compõem o escopo do SUAS e dividem-se em dois níveis: a proteção social básica (PSB) e a proteção social especial (PSE).

A PSB é o primeiro nível de proteção, organizado nos territórios e ofertados nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). A PSB oferece programas, projetos e benefícios de *prevenção* às situações de risco por meio do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e de ações de integração ao mercado de trabalho.

A PSE, por sua vez, atua no fortalecimento e na reconstrução de vínculos familiares que foram fragilizados ou rompidos e na proteção de famílias e indivíduos para enfrentamento de *situações de violação de direitos*. Desse modo, a proteção especial difere-se da básica por se tratar de um atendimento dirigido à situações onde os direitos já foram violados. Nos territórios, os serviços e ações são ofertados nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS). Em suma, trata-se da:

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

[...] modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. (BRASIL, 2004, p. 37).

A PNAS destaca, ainda, que os serviços de proteção especial possuem uma estreita interface com o sistema de garantia de direitos, exigindo, muitas vezes, uma maior interlocução com órgãos do Poder Judiciário, Ministério Público e outros. A PSE divide-se em dois tipos, de acordo com a complexidade da demanda: Proteção Social Especial de Média Complexidade (PSEMC) e Proteção Social Especial de Alta Complexidade (PSEAC).

Os serviços da PSEMC, segundo a PNAS, são ofertados aos indivíduos e famílias que tiveram seus direitos violados mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos, e nesse sentido, requerem uma maior estruturação técnico-operacional e uma atenção mais individualizada e especializada, com acompanhamento sistemático.

Os serviços que integram a PSEAC são aqueles que garantem proteção integral: moradia, alimentação, higiene e trabalho protegido. Tais serviços são ofertados aqueles indivíduos e famílias que possuem seus vínculos familiares e comunitários rompidos em decorrência de situações de ameaça ou violação de direitos, e que necessitam ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitários.

Podemos observar que o SUAS define e organiza os elementos essenciais para a organização e execução da política de assistência social, viabilizando a normatização dos padrões nos serviços, a qualidade no atendimento, entre outros. Em suma, a PNAS ressalta que trata-se de um sistema cujo modelo de gestão é descentralizado e participativo, tendo o território como base de organização e dando à família a centralidade no âmbito das ações da política de assistência social.

No tocante ao financiamento, a PNAS aponta que o financiamento da Seguridade Social deve ser a base para o financiamento da política de assistência social, que deve ser co-financiada pelas três esferas do governo, em razão da co-responsabilidade que perpassa a provisão da proteção social brasileira.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



Os aspectos salientados revelam que foram grandes os investimentos na regulamentação e institucionalização da Assistência Social no Brasil, no entanto, sob a perspectiva do social-liberalismo, os governos petistas buscam aliar crescimento econômico e justiça Social, e vários desses avanços legais não se concretizaram em sua integralidade.

Mota (2012) salienta que neste período houve uma redução da pobreza ao passo em que também houve um aumento da desigualdade. Isso ocorreu pelo fato de que a redução da pobreza se deu sem alteração na distribuição funcional da renda (entre o capital e o trabalho). Para Mota (2010) a política de assistência social constituiu-se, nesse contexto, num fetiche social, na medida em que foi invocada como solução no combate à pobreza, imprimindo a ela um direcionamento moral de enfrentamento da desigualdade.

A proteção social brasileira, também foi, contraditoriamente, marcada pela restrição e focalização na extrema pobreza, baseada no modelo de expansão da assistência implementada pelos governos petistas (2003-2016), com ênfase em programas focalizados e de transferência de renda em detrimento dos serviços socioassistenciais. Essa preeminência de programas de transferência de renda compromete uma integração do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que garanta o acesso por todos aqueles que dele necessitarem, para além da sua condição de extrema pobreza. Essa prevalência, conforme nos demonstra Silva (2013) possui uma funcionalidade para a expansão do capital. O fato é que os avanços de tais governos não podem ser questionados, mas não se dão livremente, convivem com intensos processos neoliberais.

A conjuntura não permanece estática, a partir do golpe jurídico parlamentar de 2016, que tirou da presidência Dilma Rousseff, diversos fatores criam um ambiente favorável ao avanço contra os direitos dos trabalhadores. No governo ilegítimo de Michel Temer temos um retorno severo e acelerado ao neoliberalismo ortodoxo, com intensas contrarreformas nas políticas sociais e imensos retrocessos

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

para a política de Assistência, retrocessos esses já anunciados no documento “Uma ponte para o futuro”<sup>7</sup>.

Tal governo aprofunda o que há de mais conservador e reacionário na sociedade e nas políticas sociais, anunciando e implementando diversos retrocessos na Seguridade Social. Dentre os retrocessos e ataques, ressaltamos a Emenda Constitucional nº 95/2016, que estabelece um novo regime fiscal e determina que nenhum investimento em áreas sociais poderá exceder o reajuste inflacionário por vinte anos. As reformas desenhadas na gestão de Temer foram prenúncios para os tempos mais ardis e neoconservadores de hoje.

Dentre as medidas conservadoras e retrógradas desse governo direcionadas ao SUAS, podemos destacar a instituição do Programa Criança Feliz<sup>8</sup>, instituído a partir do Decreto nº 8.869/2016, que tem como embaixadora a então primeira dama, Marcela Temer. A forma utilizada pelo governo federal para a adesão dos municípios e estados e para sua operacionalização desse Programa refletem um total desrespeito às instâncias de controle social instituídos no âmbito das políticas públicas.

Seguindo a tendência de destruição dos direitos dos/das trabalhadores, a partir de 2019, o Brasil adentra no governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), de nítido perfil de extrema-direita, que passa a defender uma pauta ultraconservadora e promove o genocídio da população brasileira no contexto da Pandemia do novo Coronavírus, deflagrada em março de 2020. Em uma conjuntura marcada pelo alto índice de desemprego e pelo aumento exponencial da pobreza, o corte de gastos com as políticas sociais permanece intenso e cruel.

<sup>7</sup> PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. Uma ponte para o futuro. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2015.

<sup>8</sup> O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) se posicionou contrário ao Programa Criança Feliz, elencando os seguintes problemas/retrocessos: retorno forte do primeiro damismo; priorização do “terceiro setor”, indo na contramão da LOAS e do SUAS, que priorizam a execução direta do Estado nos serviços, programas e projetos; desresponsabilização do Estado e responsabilização das famílias pelo (não) acesso/aproveitamento escolar que implique na superação da pobreza; dentre outros. (CFESS, 2017)

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

Quando analisamos os rumos, os caminhos para o cenário atual, através das muitas portarias interministeriais, resoluções do CNAS e decretos governamentais publicizados no sítio eletrônico do antigo Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), transformado recentemente para Secretaria Especial de Desenvolvimento Social, podemos constatar pelo menos três grandes redirecionamentos de ordem programática para a Assistência Social desde 2016, até o momento atual. Um processo de expansão da focalização em determinados segmentos populacionais para o acesso ao SUAS com ênfase na primeira infância; novas bases com caráter mais restritivo para acesso ao BPC e ao Bolsa família; e a partir disso um verdadeiro ataque moralizante sobre a pobreza e os pobres no Brasil regido por um fundamentalismo moral religioso sem precedentes em nossa recente e frágil democracia.

Dentre os sucessivos cortes no orçamento da política de Assistência Social podemos destacar a Portaria nº 2362/2019, que resultou no corte de cerca de 40% dos recursos federais destinados a essa política que já é fragilizada. Tais cortes põem em xeque o pacto federativo e a continuidade dos serviços da assistência social.

No entanto, vale ressaltar que, em meio a pandemia do novo Coronavírus e sob pressão do Congresso Nacional, o governo Bolsonaro liberou, através da Medida Provisória nº 953/2020, um crédito extraordinário de R\$ 2,5 bilhões, com a finalidade de fortalecimento do SUAS, possibilitando aos municípios com maior incidência de casos de contaminação pelo vírus o provimento de benefícios eventuais à população.

Essa ação, em conjunto com a aprovação do Auxílio Emergencial, que foi inicialmente pensado pelo governo no valor de R\$ 200,00 e, que somente após pressão do parlamento foi alterado para R\$ 600,00 e R\$ 1.200,00 para mães solteiras e chefes de família, não foi suficiente frente à profunda crise sanitária e econômica que assola o país, responsabilidade de um governo que possui uma direção política que atenta contra a própria sobrevivência da classe trabalhadora e

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



faz sua escolha pela necropolítica. Acerca dessa conjuntura, Castilho e Lemos (2021) apontam:

As medidas governamentais ainda se encontram aquém das que seriam necessárias para mitigar os impactos econômicos. O Auxílio Emergencial tem se tornado um calvário sem fim para a classe trabalhadora que se vê obrigada a enfrentar filas quilométricas na Receita Federal e nas agências da Caixa Econômica para garantir o acesso ao benefício. Parece ser a punição de um governo eugenista e perverso que, conscientemente, trabalha para prover as piores condições para as massas de trabalhadoras/es em tempos obscuros. (CASTILHO; LEMOS, 2021, p. 274)

Nas vésperas das eleições presidenciais de 2022, programas como o Auxílio Brasil, instituído pela Lei 14.469/2022 foram inflados pelo governo Bolsonaro, com uma estratégia utilizada como compra de votos em uma tentativa frustrada de reeleição.

O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) enviado pelo Governo Federal para o Congresso Nacional em agosto de 2022 texto previa um corte de 95% nos recursos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2023, o que afeta substantivamente a operação de equipamentos que são a porta de entrada para benefícios sociais, como os CRAS, CREAS e centrais de atendimento do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). Tais medidas são um termômetro para o modo como o governo Bolsonaro olhou para a política de assistência social e os/as brasileiros/as em situação de vulnerabilidade social.

Como resultado de tal conjuntura, em 2022, o Segundo Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil apontou que 33,1 milhões de pessoas não têm garantido o que comer — o que representa 14 milhões de novos brasileiros em situação de fome. Conforme o estudo, mais da metade (58,7%) da população brasileira convive com a insegurança alimentar em algum grau: leve, moderado ou grave.

Diante dos cortes orçamentários que colocariam em colapso o SUAS, o governo do presidente eleito para a gestão 2023-2026, Luís Inácio Lula da Silva, enfrenta na atualidade muitos desafios para mitigar o desastre herdado do governo anterior no tocante à política de assistência social.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

## 3 CONCLUSÃO

É sabido que a Assistência Social só adquiriu o caráter de política pública na Constituição Federal de 1988, antes disso, o seu trato estava condicionado a uma perspectiva de caridade/favor. Tratava-se de uma ação voltada para um viés filantrópico e caritativo e não dentro de uma perspectiva de direito, como a conhecemos atualmente.

Faz-se necessário destacar, que antes o público da assistência social era tratado como caso de polícia e não de política, nesse contexto, podemos verificar que o Estado por muito tempo foi omissivo no que diz respeito às demandas dessa parcela da população vulnerabilizada e necessitada de proteção social.

É notório que a Assistência Social passou, ao longo de sua trajetória, por vários processos e desafios até chegar ao patamar de direito social público do cidadão e dever do Estado e que apesar dos grandes avanços instituídos pela Constituição Federal de 1988 e pelas normativas posteriores (LOAS, PNAS, NOB/SUAS) é possível perceber que ela ainda encontra sérios desafios em sua operacionalização.

Tais desafios estão precipuamente correlacionados/articulados a conjuntura de cortes de recursos e de fragmentação de programas, os quais ocorrem porque o Estado capturado pela lógica neoliberal torna-se omissivo, ou seja, não se responsabiliza como provedor/garantidor desta política social, o que implica no desmonte da Assistência Social, que conseqüentemente não tem como efetivar a proteção social, impactando diretamente sua contribuição na efetivação da cidadania dos sujeitos sociais.

Os elementos apresentados no decorrer deste trabalho, trazem a necessária reflexão de que a consolidação da Política de Assistência Social, na atualidade, exige uma releitura atenta das ações, políticas, serviços, projetos e programas ofertados pelo SUAS.

É necessário, direcionar tal reflexão no sentido de enxergar a Política de Assistência Social como um direito do cidadão e um dever do Estado, rompendo

PROMOÇÃO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



assim com a tradição cultural e política que acompanha sua trajetória ao longo do tempo.

Em linhas gerais, trata-se de romper com as práticas pautadas na caridade e benemerência e entender que a Política de Assistência Social apresenta um comprometimento com a cidadania e que as normas preconizadas em seus documentos devem servir como elementos/instrumentos norteadores na sua materialização, direcionando suas ações para novas estratégias e práticas que venham efetivamente garantir serviços de qualidade, bem como o aprimoramento da qualidade de vida da população que necessita de seus serviços.

## REFERÊNCIAS

BEHRING, E. R. Principais Abordagens Teóricas da Política Social e da Cidadania. In: **Política Social** – Módulo 03. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD-UnB, 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, 2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 02 de fevereiro de 2023.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **Lei Orgânica da Assistência Social (Loas)**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8742.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm). Acesso em: 22 de março de 2023.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Portaria nº 2.362, de 20 de dezembro de 2019** Estabelece procedimentos a serem adotados no âmbito do Sistema Único de Assistência Social decorrentes do monitoramento da execução financeira e orçamentária realizada pelo Fundo Nacional de Assistência Social para promover a equalização do cofinanciamento federal do Sistema Único de Assistência Social à Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei Orçamentária Anual. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 2019. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-2.362-de-20-de-dezembro-de-2019-234966986> Acesso em: 5 jun. 2020

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social** – PNAS/2004; **Norma Operacional Básica – NOB/Suas**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

CASTILHO, D. R.; LEMOS, E. L. S. Necropolítica e governo Jair Bolsonaro: repercussões na seguridade social brasileira. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v.24, n. 2, p. 269-279, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/TyMKscqwjWfwpbScmWpwCvc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 de dezembro de 2022.

CFESS. **Por que dizer Não ao Programa Criança Feliz**. 2017. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/2017-NotaPublicaCFESS-NaoAoProgramaCriancaFeliz.pdf>>. Acesso em: 15 de novembro de 2022.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 38ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MOTA, A. E. **O mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade. São Paulo: Cortez, 2010.

MOTA, A. E. Redução da pobreza e aumento da desigualdade: um desafio teórico-político o Serviço Social. In: MOTA, A. E. (Org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia**: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, S. S. S. Contradições da Assistência Social no governo “neodesenvolvimentista” e suas funcionalidades ao capital. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 113, p. 86-105, jan./mar. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/sxjzP6hJc9P9hcjw8qGjMbr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 de março de 2023.

SILVA, S. S. S. O Modelo de Expansão da Assistência Social e a Restrição e Focalização da Proteção Social Brasileira. NASCIMENTO, M. A. C. (Org.) **Tempo de bolsas**: estudos sobre programas de transferência de renda. Campinas: Papel Social, 2015.

SILVA, S. S. S.; ALMEIDA, L. M.; ANDRADE, S. S. Neoliberalismo e contrarreformas das políticas sociais. SILVA, A. X.; NÓBREGA, M. B.; MATIAS, T. S. C. (Orgs.). **Contrarreforma, intelectuais e Serviço Social**: as inflexões na política de saúde.

PROMOÇÃO



APOIO

